

Vocação para o Atraso *Em. de Muri*

Ao aprovar a nova política salarial e o novo salário mínimo de 120 cruzados novos, a partir de 1º de junho, a Câmara dos Deputados deu mais uma prova da atração dos políticos brasileiros pelo atraso. Sete meses e meio depois de promulgada a Constituição, os deputados ainda não definiram dezenas de leis complementares à Carta. As questões cruciais do momento nacional, como o ataque aos gastos públicos e a disciplina do direito de greve, preferem as decisões que possam render fáceis dividendos políticos.

Criou-se no Brasil, por influência do paternalismo do Estado Novo na implantação do sindicalismo oficial, a crença de que o governo deve ser o responsável pela definição dos salários. É uma concepção intrinsecamente ligada à filosofia da intervenção estatal na economia e que terminou por levar o país à difícil situação econômica e social em que se encontra pela falência do Estado brasileiro.

O que se convencionou chamar de salário mínimo nada mais representa do que o mínimo de remuneração para um trabalhador viver. Ou seja, um salário de sobrevivência. O paternalismo e o clientelismo político, no entanto, tiram proveito do salário mínimo como se cada aumento nominal representasse uma grande vitória para os trabalhadores.

A verdade é que no lado moderno da economia brasileira, onde predomina a iniciativa privada que realmente cria riquezas e impulsiona o país para a frente, o salário mínimo passou a ser apenas uma referência. Nenhuma empresa ou atividade privada eficiente limitasse a pagar salário mínimo a seus funcionários. O salário mínimo, entretanto, é a remuneração básica no setor público, federal, estadual, municipal, e em alguns setores menos dinâmicos da agricultura. Um exame mais aprofundado há de encontrá-lo com expressão nos setores mais atrasados da economia e da vida nacional. É o caso dos empregados domésticos e dos milhões de *barnabês* da administração pública.

Os que defendem o paternalismo oficial na definição do salário mínimo argumentam contra o atraso, mas perpetuam um quadro econômico e social anacrônico. Uma das várias causas da má distribuição de renda no Brasil é o forte crescimento populacional que se dá nas camadas menos favorecidas, o que resulta em grande contingente de menores que não geram renda. Outra é a ineficiência do Estado em administrar a economia e a vida do país, que se traduz no crescente déficit público e na forte aceleração da inflação.

O contingente de brasileiros que não produz (menores, analfabetos e idosos), somado ao Estado improdutivo e perdulário, representa um peso considerável para o setor privado (empresas e empregados) que sustenta a todos com o pagamento de impostos diretos e indiretos. Este peso tem crescido ao longo da história devido à visão equivocada da classe política e da burocracia, que confiam ao Estado o papel de vanguarda no desenvolvimento nacional. O setor privado, asfixiado, não tem tido meios para gerar novos investimentos e puxar a economia. A autocrítica já foi feita pelo economista Ignácio Rangel, assessor do presidente Vargas e um dos teóricos do Estado brasileiro.

A classe política, no entanto, continua fora do seu tempo. A elevação do salário mínimo só terá impacto direto sobre os setores necrosados da economia. Mas o aumento das despesas salariais do setor público — que pouco produz — irá amplificar o peso da ineficiência estatal sobre a parcela produtiva do país: o setor privado.

A primeira reação do governo foi exemplar neste sentido. A Previdência Social seria a primeira área a registrar aumento de déficit, o que exigiria maior contribuição por parte do setor privado (empresas e empregados). Em outras palavras, haverá menos espaço para a retomada dos investimentos do setor privado, que efetivamente gera riqueza. Nos últimos dois anos a pressão do setor público deficitário sobre o setor privado levou o Brasil à recessão.

A verdade é que os políticos votam o aumento do salário certos de que irão colher dividendos políticos com o reconhecimento dos milhares e milhares de *barnabês* que conseguiram nomear em excesso para as prefeituras, os estados e o governo federal. Esses *barnabês*, muitas vezes pessoas sem qualificação para os cargos, se acomodam à remuneração mínima. A maioria, ociosa, não faz força para melhorar de padrão. Os políticos fingem que não têm culpa nos repasses imediatos dos custos da ineficiência para os preços dos produtos, que acabam por anular os aparentes ganhos nominais dos salários.

O Brasil tornou-se um país com excesso de economistas querendo regular o funcionamento da economia. Um país com legislação de mais que tem limitado a livre iniciativa e o crescimento da riqueza. O caminho da modernização do Brasil passa pela livre negociação salarial, sem o intervencionismo sindical que faz parte da herança paternalista do Estado Novo. Os políticos optaram mais uma vez pelo atraso.